

ma eleição singular na Ordem dos Economistas de São Paulo: enfrentam-se velhos companheiros da Faculdade de Economia e Administração da Universidade e editorialistas da Folha de São Paulo. Carlos Longo e Roberto Macedo — este há pouco conduziu à diretoria da escola.

Os elementos de convergência são importantes: ambos criticam o Plano Cruzado, embora proponham tratamentos diversos para seus males, que também avaliam de forma diversa; ambos consideram importante a melhoria na distribuição da renda, a presença do capital estrangeiro na economia brasileira, a necessidade de uma renegociação mais favorável na dívida externa — mesmo que Longo atribua a esse tema um peso muito menor do que o admitido por Macedo. E ambos afirmam defender a economia de mercado, embora Macedo não tem a militância de um de seus companheiros, o candidato à presidência do Sindicato dos Economistas, Odilon Pinto, em partido (o PT) que defende a socialização dos meios de produção.

Os elementos de divergência são mais agudos. Longo entende que é preciso conter a demanda, via controle dos salários, porque não há oferta de bens compatível com o crescimento real dos salários. E defende o economista exercendo, antes de tudo, uma função de especialista, cujas opiniões sejam postas em debate na sociedade e auxiliem a formulação das decisões oficiais.

Para Macedo, é preciso manter os ganhos salariais e as filas nos supermercados são melhores que as filas de desempregados. Além do que o economista deve fazer propostas compatíveis com o espaço político dos governos, para que não caiam no vazio.

Longo e Macedo, respectivamente representantes das chapas "União dos Economistas" e "Movimento de Renovação dos Economistas", disputam os seis mil votos de sócios da Ordem nesta sexta-feira, dia 24. Segunda-feira, 27, serão escolhidos os candidatos ao Conselho Regional de Economia (Coresp) e disputam Nélson Boni pela "União" e Frederico Mazzuchelli pelo "Movimento".

O "Movimento" acusa Longo de ser apoiado pelo ex-ministro Antônio Delfim Netto e a "União" acusa Macedo de ter-se aliado aos economistas do PMDB e do PT. No Conselho Superior da chapa de Macedo estão Dénisard de Oliveira Alves, diretor do Banesp; José Maria Arbex, presidente da Ceesp; Luciano Galvão Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia; Marcos Gianetti da Fonseca, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Périco Arida, diretor do Banco Central; e Paulo Renato de Souza, reitor da Unicamp, entre outros. Três pesos pesados da chapa "União", para o Conselho Diretor, são Affonso Celso Pastore, Carlos Antônio Rocca e Akihiro Ikeda, que integraram as equipes de Delfim. Mesa redonda conduzida por Fábio Pahima Jr. e Júlio Moreno, do Jornal da Tarde.

JT — O que significa buscar a Presidência da Ordem para você, Macedo, e para você, Longo?

Macedo — Desde longa data tive uma atitude participativa com relação à sociedade, participava nos tempos escolares das atividades gremistas, fui bancário, participava das atividades sindicais. Participo há vários anos do Movimento de Renovação dos Economistas, e aí foi quase uma consequência que me envolvessem neste processo. A Ordem vinha assumindo uma atitude omisiva na discussão dos problemas econômicos. Foi usada para promoção política, como na gestão anterior, ou transformada num lugar onde havia pouco debate e até bajulação das autoridades. Numa época a Ordem concedia títulos de "Economista do Ano", mas quase sempre o escolhido era o secretário da Fazenda. Agora o prof. Miguel Colasuonno, líder personalista da Ordem, decidiu seguir a carreira política. Se ele tivesse continuado eu teria me oposto a ele. Na medida em que não continuou, mantive a mesma atitude crítica. Chegamos a essa candidatura, na cabeça da chapa, mas ela envolve pessoas de variadas tendências. Há acadêmicos, profissionais liberais, trabalhadores assalariados, até empresários, representação regional e setorial. Em termos políticos e ideológicos, um amplo espectro de opinião. O Movimento de Renovação pode ser comparado a uma frente única, como a que existiu no final da Velha República. O que a gente pretende fazer na Ordem? O mais importante é mudar o próprio caráter da Ordem, deixar essa omisão, esse servilismo. Há cerca de 16 mil economistas registrados no Conselho Regional, e esse pessoal tem pouca oportunidade de participar. O acesso aos meios de comunicação se limita a um pequeno número. Mas eu acho que um grande número gostaria de manifestar suas opiniões. Pretendemos fazer da Ordem um fórum de debates. Em particular, pretendemos fazer um congresso de economistas, onde, em lugar de convidar estrelas da profissão, abriremos espaço para todos aqueles que queiram enviar algum trabalho.

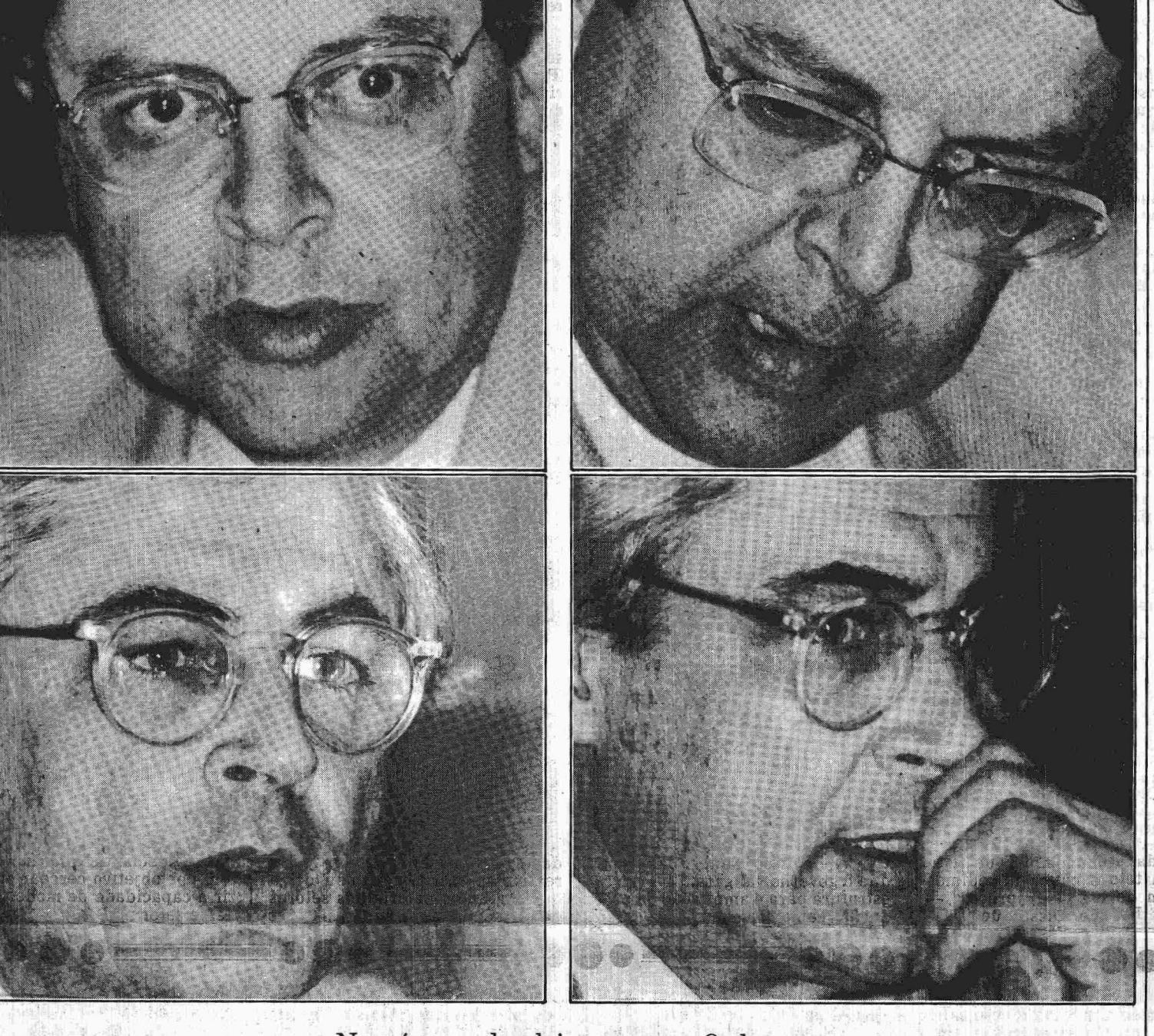
Carlos Longo — O que significa a Ordem para mim? Minha formação é naturalmente oposta à do Roberto, ainda que aparentemente tenhamos opiniões bastante convergentes no que diz respeito à crítica econômica e ao condicionamento ético-normativo dentro da profissão. Divergimos bastante acerca de aspectos específicos, da profissão e da ordem normativa quanto ao que se deve ou não fazer no exercício da profissão.

JT — Por que isso?

Longo — Como disse Macedo, ele começou sua carreira desde blocos estudantis, fazendo campanhas, participando ativamente de associações de classe e política estudantil. Progrediu muito, fez uma carreira brilhante, deu-lhe favores e oportunidades. Ocorre que eu comecei no setor privado, tendo que assumir responsabilidades e procurando sempre o âmago, o cerne das questões. Minha preocupação sempre foi a síntese, o ponto nevrálgico. Foi assim que aprendi no setor privado, a agir e trabalhar, e por ai pautei minhas decisões. Voltei à universidade aos 25 ou 26 anos com os mesmos princípios básicos — não os de atingir uma posição de relevo na carreira, mas entender os problemas econômicos, aproximando-me de pessoas influentes e que pudesssem transferir conhecimentos. Saí do País, estudei fora, voltei. Por que falar disso? Para fazer um contraste, mostrar como é possível duas pessoas que até ontem trabalhavam juntas estarem agora liderando chapas cujo conteúdo qualitativo e de estilo da campanha são bastante diferentes. Concordo que a Ordem tem sido omisiva, inclusive nossas chapas se chamam de oposição. Mas minha concepção de participação é muito mais a de estar envolvido nas grandes questões e poder, nos momentos oportunos, oferecer saídas, cada um na sua especialidade. Ai divergimos. Minha preocupação não é transformar a Ordem numa entidade assistencial. Essencialmente é dar à Ordem a representatividade de pessoas na profissão, de uma classe que pode contribuir para o futuro do País. Essa discussão de Velha República, Nova Ordem, Velha Ordem, para nós é essencialmente superada. Até o regime democrático despon-

DEBATE

O que é melhor: ganhar menos ou gastar menos?



Na véspera da eleição para a Ordem dos Economistas, os dois candidatos a presidente discutem a economia do País. Roberto Macedo (em cima) acha que os ganhos dos assalariados devem ser preservados, enquanto Carlos Longo (em baixo) defende a contenção da demanda para compatibilizá-la com a produção.

tar, todos éramos contra o autoritarismo. Mas, aceito o regime democrático, o movimento chamado renovação perdeu de certa forma seu sentido.

JT — É válido comparar a Ordem, antigamente, com o Conselho Regional, hoje? São parecidos ou distintos?

Macedo — A diferença está em que o conselho faz um debate aberto às várias correntes, inclusive por sua Carta Econômica. Anteriormente participei de reuniões do Conselho da Ordem e era uma coisa muito voltada para o oba-oba.

Longo — Na minha modesta opinião, o Conselho atual e a Ordem antiga são análogas em muita medida. É fundamental, na nossa profissão, a pessoa se apresentar como qualificada profissionalmente. Não faz sentido se apresentar como economista do partido X ou Y?

Macedo — Mas quem se apresentou com o nome do partido X ou Y?

Longo — Estou falando em preponderância. A preponderância da chapa que você representa, da qual se orgulha e faz questão de dizer que as questões partidárias devem estar em primeiro plano.

Macedo — Não, não. Não dissemos nada disso. Questão partidária, absolutamente. O Movimento de Renovação é apartidário. É um direito constitucional que cada um tem, de se associar a partidos políticos. Achamos porém importante que as entidades de classe tomem um posicionamento relativamente à política econômico-social. Eu me recusaria agir qualquer ato por conveniências político-partidárias.

Longo — Você tem uma chapa com pessoas com "clivagem" ideológica marcante e que acham que a profissão dos economistas é uma profissão não técnica. Economistas que trabalham e trabalham em palanque, por exemplo, os economistas do PMDB, sem mencionar pessoas específicas.

Macedo — O direito de pertencer a um partido é constitucional. Acho que politicamente depende de cada um, mas na minha opinião as pessoas devem se envolver politicamente, como em outros países. Temos economistas nos Estados Unidos ligados ao Partido Democrata, outros ao Partido Republicano. É muito bom saber a que partido estão ligados. Aí você sabe mais ou menos a orientação que vão imprimir em caso de se posicionarem relativamente à política econômica. Não se pode partir de uma postura simplesmente técnica.

Longo — Divirjo totalmente de sua visão. Na medida em que você se torna automaticamente envolvido numa proposição de plataforma político-partidária, deixa de ser um economista independente, passa a ser o interesse de uma facção, uma corporação ou um partido. Quando você diz que temos que ser solidários com o Plano Cruzado...

Macedo — Eu não falei isso.

Longo — Faço suas minhas palavras em relação ao que você está fazendo hoje nessa aliança. Ainda ontem você dizia na TV que os salários reais não podem cair, que o ajustamento só dá inevitavelmente pela renegociação da dívida externa, uma posição clara de posicionamento político, mais do que técnico. O Roberto já não fala mais como se não tivesse feito essa aliança, que o leva, como profissional de grande gabarito, a fazer afirmações que me parecem extremamente ingênuas.

JT — Vamos aproveitar o gancho para entrar na discussão da política econômica. Longo dá a entender que Macedo tentaria defender a política do governo. É isso?

Longo — Certo.

Macedo — Quando o Longo fala de questões ingênuas, acho que isto também vale para o que ele fala. Quando você faz propostas de políticas econômica, está adotando determinado posicionamento político. A solução da questão econômica no momento passa pela questão do endividamento externo. É difícil manter o crescimento sem maior capacidade de poupança, em face da sangria que representa o pagamento do juro da dívida. Há ainda o problema da inflação, e nessa questão dos salários reais eu tenho a preocupação social, não da agora. Faço propostas que procuram pelo menos tentar preservar os salários das classes de menor poder aquisitivo. Nas recomendações da política econômica não é possível ser neutro. Acho que é ingenuidade do economista que acha que está fazendo ciência quando faz recomendação de política econômica.

JT — Até que ponto o salário real depende do governo?

Macedo — O salário real pode ser visto, em última instância, como o poder aquisitivo do país. Pergunto sobre o salário real é perguntar se o governo pode ou não atuar sobre o crescimento, o nível de atividade. É onde entram as políticas anticíclicas para evitar grandes oscilações. A colocação que se faz é se queremos penalizar os salários ou somos a favor da recessão: isto é um absurdo. A ideia é como o governo deve atuar, ao longo do ciclo, para crescer. Eu sugiro que façamos primeiro um ajustamento dentro do país, fiscal e monetário, e depois coloquemos nossa posição em relação à negociação da dívida. Acho neste momento inconcebível fazer a coisa ao contrário. Hoje há claramente um excesso de demanda. E o segmento que mais pressiona é justamente o das pessoas de menor poder aquisitivo.

Macedo — Concordo.

Longo — As pessoas com menor poder aquisitivo receberam um bônus muito grande, com o congelamento. Não contribuem muito do lado fiscal. Se tivesse que escolher

uma política anticíclica, tentaria diminuir a renda disponível dessa classe, sem recessão, dando tempo para que a oferta real e, com taxas menores de crescimento, conter a inflação que diga-se de passagem, em termos reais, está bem acima da oficial.

Macedo — O salário real depende de várias coisas. Depende do mercado e os dados sugerem que desde o reaquecimento da economia, em 84, os salários começaram a subir sem descontinuidade muito grande. Seu crescimento é uma seqüência do crescimento da atividade produtiva, não necessariamente após 28 de fevereiro. Agora, o governo — eu não acredito, em grande parte, na determinação do salário via mercado — tem uma grande influência sobre o salário. Inclusive atuando sobre o valor nominal, via impostos e subsídios, pode modificar o salário disponível. O problema da economia brasileira é o fato de que estamos remetendo uma quantidade de recursos muito grande para o Exterior, de 4 a 4,5% do PIB. Obtendo uma redução para 1 ou 2% do PIB seria possível acomodar um programa de ajustamento interno e, o que é difícil, preservar os rendimentos das classes de renda mais baixa. Acho que no caso da classe média a coisa foi muito mais violenta. A redução substancial da dívida, na fonte provocou um aumento muito grande na renda disponível. A grande escassez, exceto no caso da carne, está-se registrando principalmente na área de bens de consumo durável. Seria uma tragédia um programa de ajustamento colocando na mídia as classes de baixa renda.

JT — Mas a oferta sustenta? Longo — Esse é o problema. Há um impasse, um problema de visão. O Roberto parte de que os ganhos eram merecidos...

Macedo — Não é uma questão de mérito. Ganhamos.

Longo — E não podem perder... A minha visão é de que isso não pode ser mantido, sob o risco, com altíssima probabilidade, de entrarmos num processo inflacionário rapidamente, como na Argentina, com 100%.

JT — E a renegociação, daria espaço?

Longo — A renegociação pode dar US\$ 1 ou 2 bilhões anuais e isto não significa nada, diante da necessidade de dobrar os investimentos. Nós podemos crescer 7 ou 8% mais uns 6 meses, mas o risco é incalculável. Tendo quase certeza de que o presidente Sarney não vai ser tão arreio a medidas impopulares, necessárias e em preparo, para atenuar a euforia consumista. Mas temo que sejam ainda paliativas. É preciso fazer planos globais de investimento, semelhantes a de 64/67, a partir de uma política fiscal, monetária e cambial, coerente. O déficit continua em patamares semelhantes aos de dois ou três anos atrás. Ou seja, como agora a economia está operando a plena capacidade, o déficit de 4 ou 5% do PIB é estrutural-

mente, muito maior. Não há condições de financiar investimentos enquanto o setor público não encolhe os gastos e expande as receitas. O setor público poupa 6 a 7% do PIB, a poupança privada era de 16 ou 17% e a externa de 4 a 5% do PIB, chegando-se a 25%, aproximadamente, hoje limitados a 16 ou 17% que são a poupança privada porque não existe poupança externa nem pública.

Macedo — Podemos ter um problema de demanda agregada, acho que temos, mas nota-se que tem pessoas de salários altos, rentistas, capitalistas que vivem de lucros, não entendo por que você acha que o problema está no consumo das classes de baixa renda. Talvez na sua análise técnica a coisa conduza a isso, mas há implicações políticas e sociais muito sérias. É preciso imaginar mecanismos de poupança voluntária ou compulsória pelos quais as pessoas poderiam postergar o seu consumo, sem perder necessariamente a sua renda. Grande parte dos ganhos salariais hoje são de mercado. Por exemplo, de empregadas domésticas, que nada tem a ver com o Plano Cruzado. Isso é muito bom para o País. O próprio Galbraith (John Kenneth Galbraith) já disse que o desenvolvimento só ocorre quando acaba a classe servil.

Longo — Há três classes de renda: o empresário, a classe média assalariada e a classe baixa. O empresário vive das oportunidades de lucro. Se não tem oportunidade dentro do país, pode sair e isto já está ocorrendo conforme estatísticas de remessas de lucros, investimentos e pelo black. O assalariado da classe média está extremamente penalizado, aqui e no Exterior. Então, quando eu penso em aumentar a poupança do setor público, para investir mais, não consigo conceber como sem realinhar preços relativos. Isto vai causar impacto sobre as classes menos favorecidas, porque é o preço do aço, do transporte, que vai ser rebatido em cima da cesta de consumo básico dessas pessoas. Quando falo de poupança, do capital fora do País, é esse capitalismo inerente ao movimento de investimentos, onde há a possibilidade de transferir recursos e não há como evitar a saída de capital.

Macedo — A fuga de capital no Brasil é menor que na Argentina.

Longo — Você não faz isso a médio e longo prazo. Nós adotamos a política de taxa real de juros positiva, taxa de câmbio realista, e isto impedi a saída do capital. Mas se hoje você comece a abusar...

Macedo — A mentalidade na Argentina é de um pessol que parece que veio da Europa e está lá acampado. Aqui é totalmente diferente.

JT — É possível evitar o racionamento de bens protetivos?

Macedo — Se você tiver uma massa de poder aquisitivo, e não tiver oferta, chame você de racionamento ou filas, você vai ter uma escassez. Administrar um programa de racionamento nessa área de carne, frango, não seria realmente complicado. Eu prefiro ver a fila do aço que a fila do deserto. Não tenho dúvidas de que houve um avanço.

JT — E quanto ao timing para a renegociação da dívida?

Macedo — Minha proposta é a da simultaneidade. Se você fizer somente o ajuste interno, sem fazer o externo, fica difícil tocar o crescimento econômico. Acho que a oportunidade hoje existe. O Brasil está nessa luta-luta com os credores, mas há fatos novos como a renegociação mexicana.

JT — Com o FMI?

Macedo — Com o FMI, mas por quê? Porque o México estava numa situação similar à do Brasil em 82, praticamente inadimplente.

JT — O Brasil deve firmar pé contra o monitoramento ou pode ceder?

Macedo — Cumprindo direitinho o que está acertado com os banqueiros, não vejo necessidade do monitoramento. Agora, eu não tenho, digamos, total ojeriza, como muitos, a questão do Fundo.

Longo — Concordo com você, o monitoramento é questão de menor importância. Eu o vejo mais como uma auditoria. A dívida é administrável a essas taxas de juros, se pudermos manter 6 ou 7% ou 8% de crescimento do PIB. O importante é fazer uma política compatível com investimentos autônomos, de dentro e de fora do País. Falta coordenação de política econômica. Se o governo anunciasse que o déficit será reduzido de 5% para 2 ou 1% do PIB, o que seria compatível com uma inflação de 30% a 40% ao ano, mantida a taxa de juros real, e revisto o gatilho por exemplo por 12 meses, talas regras eliminariam a incerteza.

Macedo — Realmente você fala em rever o gatilho, que é acabar com a correção dos salários e introduzir a correção dos ativos financeiros. É uma proposta difícil de levar. Eu veria com preocupação.

JT — Falemos do intervencionismo pós-cruzado e da participação do Estado na economia.

Longo — A intervenção é muito grande. Não há que falar sobre o óbvio. Me parece que isto não pode ter um futuro promissor. Se insistirmos, vamos afugentar ainda mais os investimentos autônomos.

Macedo — O grau de intervenção do Estado na economia é exagerado, inadequado, foi agravado depois do cruzado. Já atingiu o inadmissível, que é uma tentativa de colocar o sistema de preços na camisa-de-força do congelamento. Isso afinal vai durar muito.

Se o governo, depois das eleições, não aceitar que a inflação não é zero e passar revéses desse tabelamento, isso vai explodir de vez. Intervir é induzir processos redistributivos, de correção de desigualdades de renda, de acesso a determinados bens e serviços. Mas a intervenção no Brasil é exagerada e inadequada: deveria retroceder do lado empresarial e avançar no lado social e na mídia.

JT — Em termos doutrinários, o que pensam do capital estrangeiro?

Macedo — O capital estrangeiro tem uma função muito positiva a cumprir no Brasil. Não tenho uma posição xenófoba. Acho que deve ter o mesmo tratamento dado ao capital nacional, com preservação de atividades estratégicas não só para o setor estatal. O Brasil deve definir regras claras. Senão fica difícil querer que investidores vêm aí a meter numa situação que assim permanece. Se for provisória e rapidamente eliminada,